

As grandes escolas teóricas da economia política internacional

*Arthur V. C. Meyer**

RESUMO

As características básicas das três principais escolas de pensamento da Economia Política Internacional (EPI), a saber, as escolas liberal, marxista e realista, são expostas e analisadas. Em seguida, faz-se breve apresentação de outras tendências mais recentes acerca do pensamento sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE

International Political Economy (IPE); schools of thought; current trends.

ABSTRACT

The basic features of the three main schools of thought in International Political Economy (IPE), namely the liberal, Marxist, and realist schools, are described and analyzed. This is followed by a brief presentation of other, more recent trends in thinking on the subject.

KEY WORDS

International Political Economy (IPE); schools of thought; current trends.

I) INTRODUÇÃO

1. O objetivo do presente artigo é expor e analisar as características principais das três grandes escolas teóricas da Economia Política Internacional (EPI). Essas escolas ou linhas de pensamento são a corrente liberal, a corrente marxista e a corrente realista. No fim do artigo, faz-se breve menção a duas novas linhas de pensamento, ainda sem ampla aceitação, chamadas por alguns autores, de cognitivismo e construtivismo.

*Embaixador (Ministro de Primeira Classe) aposentado. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Andrés Bello (Caracas, Venezuela). Mestre em Economia pela Universidade de Chicago. Conferencista no Núcleo da ESG em Brasília.

II) METODOLOGIA

2. É ampla e variada a bibliografia sobre a EPI e suas três grandes escolas teóricas. Neste trabalho, o autor decidiu inspirar-se, em linhas gerais e com as adaptações necessárias, na exposição contida na obra de Gérard Kébabdjian (1), citada nas referências bibliográficas.

III) DESENVOLVIMENTO

3. A EPI é um campo multidisciplinar e complexo do conhecimento, voltado à análise das relações econômicas internacionais, fundamentadas nos fenômenos da riqueza e do poder. Para essa abordagem, os fatos da economia mundial — seja no comércio de bens e serviços, nos investimentos ou nos fluxos de capitais — decorrem tanto de fatores econômicos quanto de fatores políticos.

4. A EPI visa a analisar os problemas econômicos internacionais articulando quatro dimensões (econômica, política, nacional e internacional). Para esse fim, ela também considera a atuação e presença de vários sujeitos ou agentes (Estados nacionais, indivíduos e empresas privadas, classes sociais, grupos de pressão etc.).

5. Dessa forma, a EPI procura explicar como o poder político organiza as relações econômicas internacionais e, ao mesmo tempo, como as forças econômicas limitam o espaço da ação política entre os atores internacionais (Estados, grandes empresas, organizações não-governamentais etc.). As linhas de demarcação entre as esferas econômica e política, bem como entre as esferas nacional e internacional se encontram em constante mutação, o que acentua a complexidade da temática da EPI.

6. As sociedades e as nações, ao longo da História, têm quase sempre divergido sobre as proporções em que os valores sociais básicos (riqueza, segurança e liberdade de escolha para os indivíduos) devem ser combinados. Daí resulta a extensão e a complexidade temática com que se defronta a EPI.

7. Em suma, a EPI estuda as estruturas sociais, políticas e econômicas que afetam os sistemas globais de produção, comércio e distribuição. Ademais, ela também se preocupa com a combinação de valores subjacentes a essas estruturas.

8. Como judiciosamente assinalado por Susan Strange (2), essas estruturas não provêm de ordenação divina, nem são resultado de fenômenos aleatórios. Elas são, na verdade, consequências de decisões tomadas no contexto de instituições criadas por grupos sociais, com suas normas, costumes e valores.

9. A agenda moderna da EPI inclui assuntos muito variados, tais como a regulação do comércio internacional de bens e serviços, os termos dos investimentos entre países e os modos de ajustamento das taxas de câmbio e dos desequilíbrios dos balanços de pagamentos. Isso envolve o estudo da atuação de várias importantes entidades, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

10. Também sobressaem temas e assuntos referentes à ajuda ao desenvolvimento prestada de forma bilateral ou multilateral e à questão da transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento por fontes oficiais ou privadas. Não menos importantes são as questões ligadas à preservação ambiental em escala global, à repressão dos atos ilícitos transnacionais e ao controle das migrações e das epidemias.

11. Entrando no tema básico do presente artigo, examinamos primeiramente as características principais da corrente liberal da EPI. Essa linha de pensamento tem suas raízes em passado antigo, que remonta à obra dos fundadores da Economia como ciência, a saber, Adam Smith e David Ricardo.

12. A corrente liberal da EPI se baseia em três hipóteses centrais: o individualismo, a racionalidade dos agentes e a análise da política em termos puramente econômicos. Explicam-se, a seguir, mais detalhadamente, as três hipóteses mencionadas.

13. O individualismo consiste em postular que as pessoas e as empresas privadas são os atores ou agentes principais da EPI. Dessa forma, os Estados nacionais carecem de importância, uma vez que representam apenas a agregação dos agentes econômicos privados.

14. No tocante à segunda hipótese da corrente liberal, esta postula que os indivíduos e as empresas são maximizadores de utilidade ou de lucro, ou seja, constituem seres apolíticos. Estes agem movidos sempre por essa motivação nas relações econômicas internacionais, procurando maximizar *ganhos absolutos*.

15. A terceira hipótese do pensamento liberal consiste em analisar a política em termos puramente econômicos. Isso se faz por meio de uma análise custo-benefício de todas as ações.
16. Dessa forma, os aspectos políticos das relações econômicas internacionais somente são estudados em situações de *market failure* (provisão de bens públicos, externalidades no consumo ou na produção etc.) ou de custos de transação elevados. Essas situações constituem exceções ocasionais aos pressupostos básicos da existência de livre comércio em todos os mercados.
17. O modelo liberal considera que a lógica do interesse econômico prevalece sobre as instituições do poder político. Em outras palavras, a cooperação entre os agentes econômicos privados por meio do sistema de preços livres assegura quase sempre a coordenação na esfera das decisões políticas.
18. Desse modo, os Estados nacionais têm interesse em estabelecer sistemas estáveis e previsíveis de regulamentação econômica, com vistas a assegurar a livre concorrência, a paz mundial e a provisão internacional de bens públicos (*public goods*). Estes são bens (como a paz mundial e o meio ambiente saudável), cujo consumo por um grupo (depois de produzidos) não limita o consumo por aqueles que custearam sua produção.
19. Segundo a corrente liberal da EPI, esta aparece como um prolongamento da teoria econômica neoclássica. As motivações econômicas de maximização de lucros (*ganhos absolutos*) prevalecem sobre considerações políticas, as quais têm um papel secundário. A coordenação internacional por meio do sistema de preços livres induz igualmente uma coordenação política entre os agentes (indivíduos e empresas).
20. Apresentam-se, em seguida, as características básicas da corrente marxista da EPI. Sua origem remonta à obra de Karl Marx, em meados do Século XIX, prolongada mais tarde pelas teorias do imperialismo (Hobson, Lenin, Hilferding).
21. Segundo a corrente marxista, são as classes sociais (e não os indivíduos e as empresas privadas, como afirma a corrente liberal) os principais atores da EPI. Estas são movidas especialmente por seus interesses econômicos.

22. O conflito constitui a realidade fundamental da sociedade de classes, resultante da exploração exercida pelas camadas dominantes sobre as demais. Esse processo manifesta-se tanto no âmbito interno de cada país quanto na esfera internacional.
23. Os estudos modernos da corrente marxista da EPI têm concentrado suas pesquisas na atuação das empresas multinacionais (cada vez mais poderosas em relação aos países em desenvolvimento) e sobre a situação econômica e social dos países de baixa renda *per capita* (o chamado “Terceiro Mundo”).
24. Dessa situação teria origem a “teoria da dependência”, defendida por pensadores como Paul Baran, Theotonio dos Santos e Andrew Gunder Frank. Nessa teoria, o subdesenvolvimento é visto como consequência necessária da ordem capitalista mundial, que divide o mundo entre países “centrais” e “periféricos”.
25. A teoria da dependência prega que as diferenças de riqueza e poder entre as nações são causadas por relações de poder desiguais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estes são também chamados de países “centrais” e países “periféricos”, respectivamente.
26. Os países periféricos ou subdesenvolvidos são basicamente, de acordo com essa teoria, fornecedores de matérias-primas agrícolas ou minerais aos países desenvolvidos. A estrutura de poder centro-periferia se assenta sobre uma relação de trocas desiguais, na qual os países subdesenvolvidos ficam em crescente dependência das nações altamente industrializadas para o recebimento de bens de alto valor agregado e de tecnologia avançada (vendida em condições restritivas e a preços expropriatórios).
27. O primeiro grande pensador da teoria da dependência foi o economista norte-americano Paul Baran, com sua obra “*The Political Economy of Growth*”, publicada em fins da década de 1950. Baran expôs as linhas gerais da teoria, enfatizando o passado colonial dos países em desenvolvimento como causa primária da dependência.
28. O economista e sociólogo brasileiro Theotonio dos Santos deu seguimento à obra de Paul Baran, sugerindo uma periodização das fases da dependência e dos seus mecanismos reprodutivos. Também criticou a noção de que os países em desenvolvimento são “sociedades duais”, em que um pequeno setor produtivo moderno coexiste com um setor atrasado, o qual engloba a maioria da população.

29. O sociólogo Andrew Gunder Frank (nascido na Alemanha, mas depois estabelecido nos Estados Unidos da América) representou a ala mais radical da teoria da dependência. Contrapondo-se aos pensadores “desenvolvimentistas” dessa teoria (Raúl Prebisch, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado) os quais admitiam a possibilidade (ainda que remota) de romper a relação de dependência por meio da industrialização, Gunder Frank postulou uma visão unificada da estrutura política e econômica do mundo. Essa estrutura de poder impediria qualquer alteração substancial da relação centro-periferia.

30. Caberia nesse ponto assinalar que a experiência histórica observada na segunda metade do século XX desmente boa parte das teses da teoria da dependência. O desempenho de vários países asiáticos (China, Japão, Índia, Coreia do Sul etc.), em termos de crescimento econômico e progresso tecnológico, atesta sobejamente isso.

31. Examina-se agora a escola de pensamento realista da EPI. Esta se liga à corrente realista das relações internacionais (Tucídides, Maquiavel e Hobbes) e, modernamente, à importante obra de Hans Morgenthau, *Politics among Nations*.

32. A escola realista tem sido, nos últimos decênios, a teoria dominante na EPI, sobretudo nos EUA. Seus representantes mais conhecidos são pensadores como Robert Gilpin e K. N. Waltz.

33. O ponto de vista básico da escola realista na EPI se assenta sobre a ideia de que os Estados nacionais buscam sempre objetivos de poder. Os Estados nacionais constituem os atores principais da EPI (diferentemente do que afirmam os adeptos das escolas liberal e marxista).

34. Inexistindo, na ordem internacional, entidade que disponha exclusivamente do uso legal da força (a Organização das Nações Unidas – ONU – não satisfaz esse critério), cada Estado Nacional tem de adotar um comportamento de autopreservação. Desse modo, os fatores econômicos internacionais são usados para a consecução de objetivos de poder político.

35. Em outras palavras, segundo a escola realista da EPI, os fatos econômicos internacionais são dominados por considerações políticas. Nessa linha de pensamento, a busca por *ganhos relativos* é predominante.

36. Sendo os Estados nacionais os atores principais da EPI, o pensamento realista postula que a ordem internacional é, pelo menos potencialmente, anárquica em sua essência. Os demais atores (indivíduos, empresas privadas, classes sociais) devem ser vistos como subordinados aos Estados nacionais, os quais se preocupam, antes de tudo, com sua segurança.

37. Como os objetivos políticos dominam as questões econômicas, os Estados nacionais (segundo a escola realista) buscam, antes de tudo, a segurança externa. Por essa razão, aceitam sacrificar ganhos econômicos, ao menos temporariamente, a fim de enfraquecer seus rivais e se fortalecer política ou militarmente.

38. Com vistas a estabelecer uma ordem internacional razoavelmente estável (uma situação de anarquia é sempre possível), os Estados nacionais buscam uma configuração de equilíbrio de poder (*balance of power*), em que várias potências de força comparável mantêm uma situação de equilíbrio. Alternativamente, quando um Estado nacional supera todos os demais em poder, estabelece-se uma configuração de primazia, por meio de uma *estabilidade hegemônica*.

39. Os Estados nacionais são vistos pela escola realista como agentes racionais em busca do poder. Este assume diversas formas (econômica, política, militar, técnico-científica e cultural), expressas em recursos variados (território; população; riquezas naturais; saúde; bem-estar e nível da escolaridade etc.).

40. Em suma, a escola realista vê as relações internacionais essencialmente como um “jogo de soma zero”, em que o ganho de um Estado nacional é a perda de outro e vice-versa. Em vista disso, são os *ganhos relativos* (e não os *ganhos absolutos*) que importam na EPI. Na hierarquia de objetivos buscados pelos Estados nacionais, sobressai a segurança exterior e a preservação das bases militares do poder, ficando a eles subordinadas as questões econômicas.

41. Os três “tipos ideais” das linhas de pensamento da EPI adotam, como se viu, hipóteses diferentes. A escola liberal vê os indivíduos e as empresas como os atores principais; a corrente marxista postula as classes sociais e a escola realista os Estados nacionais, respectivamente, como os atores principais da EPI.

42. Por outro lado, os pensadores marxistas e realistas coincidem em achar que os conflitos (efetivos ou potenciais) e as relações de força se encontram na essência da EPI. Já os pensadores

da corrente liberal interpretam os fenômenos internacionais a partir de uma convergência de interesses econômicos, que leva à criação de instituições como resultado de escolhas racionais.

43. O seguinte quadro comparativo, adaptado de Kébabdjian (3), constitui uma síntese útil das características básicas das três escolas principais da EPI.

Quadro 1 – Síntese das características básicas das três escolas principais da EPI

Escolas/características	Liberalismo	Marxismo	Realismo
Ator principal	Indivíduos e empresas	Classes sociais	Estados nacionais
Motivação básica	Convergência de interesses	Conflito de interesses	Conflitos de poder
Método de análise	Individualismo	Holismo	Individualismo
Relação entre economia e política	Prevalência dos interesses econômicos	Prevalência dos interesses econômicos	Prevalência dos interesses políticos

Fonte: adaptado de Kébabdjian.

44. Nos últimos decênios, a partir do fim da Guerra Fria, a escola marxista perdeu aceitação em escala apreciável. Também contribuíram para isso as razões apontadas anteriormente (v. parágrafo 30).

45. Os debates contemporâneos da EPI se têm centrado sobre a oposição entre as escolas liberal e realista. De modo geral, tem-se observado uma certa convergência entre essas duas linhas de pensamento.

46. Em consequência, as variantes neoliberal e neorrealista têm ganhado, aos poucos, aceitação entre os teóricos da EPI. Esse fenômeno se deve também ao método de análise comum entre as escolas liberal e realista.

47. Em síntese, a vertente neoliberal aceita que os Estados nacionais devam ser considerados atores importantes da EPI. Ao mesmo tempo enfatiza uma teoria institucionalista das relações econômicas internacionais a partir da ideia de *market failures*, procurando analisar os arranjos institucionais no campo econômico como produto de escolha racional.

48. No que concerne à vertente neorrealista, esta admite que outros atores importantes (principalmente as empresas multinacionais) sejam considerados na EPI, ao lado dos Estados nacionais. Estes não são mais vistos como onipotentes, mas também muito influenciados por atores privados e pela estrutura da ordem internacional.

49. Nesse caso, a prevalência dos interesses políticos e militares não é mais absoluta. No mundo atual da globalização econômica e tecnológica, as considerações financeiras e comerciais ganham mais força em relação às de cunho político e militar.

50. O neoliberalismo procura interpretar o comportamento cooperativo entre os principais atores da EPI como resultado de um processo de aprendizagem. Sua ênfase continua sendo a busca de *ganhos absolutos*.

51. Ademais, o neoliberalismo, ao pregar a escolha racional dos atores da EPI, procura descobrir um fundamento econômico para a existência das instituições internacionais. Estas seriam criadas por causa dos *custos de transação* nos mercados, os quais, mesmo eficientes, não são perfeitos na coleta de informações, estabelecimento dos contratos e controle de sua execução.

52. Já o neorrealismo enfatiza a ideia da desigualdade fundamental na distribuição de poder entre os países. Mantendo a preocupação sobre a busca de *ganhos relativos*, admite ser possível uma cooperação entre os atores da EPI, ao menos numa escala limitada, para criar instituições que sirvam seus interesses.

53. A partir de agora faz-se breve exposição sobre as escolas cognitivista e construtivista da EPI. Estas, como dito anteriormente, embora influentes, ainda não contam com ampla aceitação entre os estudiosos do assunto.

54. As escolas “clássicas” da EPI apresentam bom desempenho explicativo quando se trata de expor a criação e a existência de *regimes*. Estes são constituídos pela macroestrutura das instituições econômicas internacionais e suas variadas inter-relações.

55. Sucede que aparecem dificuldades na análise do funcionamento dos regimes quando estes são afetados por seu próprio funcionamento. Tanto segundo a escola neoliberal, quanto

segundo a escola neorrealista, os regimes são criados a partir de situações de *market failure* ou de custos de transação. Os regimes, uma vez criados, são postulados como neutros e sem influência sobre os atores da EPI.

56. O cognitivismo sustenta, diferentemente do que pregam as escolas racionalistas (neoliberal ou neorrealista), que as identidades e interesses dos atores principais da EPI não são constantes e imutáveis. Ao contrário, elas são percepções cambiantes da realidade e influenciadas pelo próprio funcionamento dos regimes.

57. A originalidade da escola cognitivista reside, portanto, em sustentar que a percepção da realidade pelos atores da EPI é um processo independente da distribuição do poder e da riqueza na ordem internacional. Os valores e o conhecimento podem agir como força autônoma sobre a criação ou o desaparecimento dos regimes e ser por eles transformados.

58. Em suma, os cognitivistas acreditam que, sob a influência dos regimes, as crenças e percepções situadas na origem da sua criação se tornam passíveis de modificação em decorrência do funcionamento das instituições. Existe, portanto, processo de *feedback* entre os atores e os regimes da EPI.

59. No caso do construtivismo, este procura mostrar como os regimes podem não somente mudar as percepções dos atores sobre a ordem internacional, como também sua disposição de agir sobre a realidade. Dessa forma, os regimes servem não somente para prover funções de regulação, como também funções de redução da incerteza.

60. Um regime não pode ser concebido sem considerar os componentes nacionais. Segundo o construtivismo, a EPI tem de enfatizar as ações dos atores nacionais (privados ou estatais), uma vez que o conceito da sociedade internacional é, em larga medida, uma ficção.

61. Segundo o construtivismo, os regimes têm por objetivo resolver as causas que levam à criação das instituições da ordem internacional. Dessa forma, procura aprofundar o enfoque cognitivista de modo a considerar o processo de internacionalização, levando em conta não apenas os Estados, como também as sociedades nacionais.

IV) CONSIDERAÇÕES FINAIS

62. As escolas neoliberal e neorrealista compartilham a crença sobre a possibilidade de se dar um caráter científico à EPI. Nesse caso, as relações entre a economia e a política internacionais derivariam de uma teoria geral, formada a partir de um sistema integrado de teorização e de interpretação.

63. Essa ambição de cientificidade foi defendida por pensadores como K.N. Waltz (neorrealista) e R. Keohane (neoliberal). O primeiro sustenta a tese de que a teoria de equilíbrio de poder se funda na teoria microeconômica das estruturas de mercado; o segundo defende que toda a análise da EPI deriva da teoria das falhas de mercado.

64. Já no fim da década de 1960, o grande filósofo e teórico francês Raymond Aron apresentou uma crítica profunda sobre a ambição de cientificidade da EPI (4). A dificuldade fundamental que paira sobre a EPI “científica” seria, de acordo com R. Aron, a impossibilidade de distinguir claramente variáveis endógenas de variáveis exógenas nas relações internacionais, as quais correspondem mais a um objeto construído do que a um objeto real.

65. Posição semelhante foi defendida pelo economista brasileiro Reinaldo Gonçalves. Na sua visão, a EPI é antes um *método de análise* do que uma ciência. O foco da EPI é o estudo da dinâmica do sistema econômico internacional (em suas variadas esferas e dimensões) resultante das decisões de atores nacionais e transnacionais, cuja conduta é determinada por *fatores objetivos e subjetivos* (5).

REFERÊNCIAS

- (1) KÉBABDJIAN, Gérard. **Les théories de l'économie politique internationale**. Paris: Éditions du Seuil, 1988.
- (2) STRANGE, Susan. **States and markets**. London: Pinter Publishers, 1993.
- (3) KÉBABDJIAN, Gérard. **Les théories de l'économie politique internationale**. Paris: Éditions du Seuil, 1988. p. 37.
- (4) ARON, Raymond. What is a theory of international relations? **Journal of International Affairs**, v. 21, 1967.
- (5) GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.